

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre e Exercício
Findos em 31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

Demonstrações financeiras

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório da administração	1 - 2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3 - 6
Balancos patrimoniais	7 - 8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

(em milhares de R\$)

Senhores Acionistas,

Apresentamos a V.Sas., o relatório da Administração e as demonstrações financeiras do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. encerradas em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das notas explicativas, elaboradas de acordo com a legislação societária e normas regulamentares do Banco Central do Brasil.

Desempenho das Atividades

Diante da pandemia do COVID-19, o Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. continua adotando medidas para minimizar quaisquer impactos que possam surgir aos seus colaboradores, clientes, fornecedores e, conseqüentemente, às suas operações. As ações tomadas estão alinhadas às normas sanitárias da Organização Mundial de Saúde (OMS), do governo do Estado e da Prefeitura. Os colaboradores estão desde o final de março de 2020 trabalhando em regime de *home office*, as visitas presenciais a nossos clientes e parceiros foram suspensas, tendo sido substituídas por reuniões virtuais, e as instalações físicas do Banco têm seguido todas as orientações oficiais de higiene e saúde.

A Administração está monitorando constantemente os desdobramentos decorrentes de tal pandemia, atuando de forma tempestiva para mitigar os seus efeitos. Nesse cenário desafiador criado pela pandemia, o Banco apresentou lucro líquido de R\$ 45.270 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O patrimônio líquido atingiu R\$ 552.819 ao final do ano, após considerar o resultado do exercício e deduzido os juros sobre o capital próprio de R\$ 12.700. O índice de adequação do capital, instituído pelo Comitê da Basileia e normatizado pelo Banco Central do Brasil, atingiu 19,9% ao final do ano no “Conglomerado Prudencial”, superior ao mínimo de 10,5% exigido pelo Banco Central do Brasil.

O ativo total alcançou R\$ 4.346.969 ao final do ano. As aplicações interfinanceiras de liquidez, as carteiras de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos e caixa e equivalentes de caixa atingiram R\$ 2.692.905 correspondente a 61,9% dos ativos totais.

A carteira de títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 2.461.035, correspondente a 56,6% dos ativos totais, representada por 87,4% em títulos públicos e 12,6% em títulos de emissão privada. Dessa carteira, o Banco classificou 79,5% em “títulos para negociação”, 13,8% em “títulos disponíveis para venda” e 6,7% em “títulos mantidos até o vencimento”, em razão da intenção da Administração e da capacidade financeira do Banco em mantê-los até o vencimento. A posição de liquidez do Banco, representada pela carteira de títulos livres, atingiu R\$ 2.025.976, correspondente a 3,7 vezes o patrimônio líquido final.

Continuamos atentos às oportunidades pontuais de negócio, em especial, pela concessão de novos créditos, mantendo a prudência e aguardando a estabilização das perspectivas de médio e longo prazo para a economia. Temos mantido nossa postura seletiva e monitorado nossa carteira, levando em conta o atual cenário e possíveis impactos. A carteira de crédito atingiu o saldo de R\$ 670.672 ao final do ano. Essa carteira, incluindo as fianças prestadas no montante de R\$ 149.509, atingiu o saldo de R\$ 820.181. Dessa carteira de crédito, 94,2% das operações foram classificadas entre os níveis de risco “AA” a “C” em conformidade com a regulamentação em vigor do Banco Central do Brasil. O Banco constituiu provisão para perdas associadas ao risco de crédito de R\$ 21.447, correspondente a 3,2% da carteira de crédito e em montante superior ao mínimo regulatório no valor de R\$ 15.396.

Os recursos captados totalizaram R\$ 3.292.429 ao final do ano, sendo representados por: R\$ 158.800 em depósitos interfinanceiros; R\$ 2.678.367 em depósitos a prazo; R\$ 88.397 em captações no mercado aberto; R\$ 168.970 em letras financeiras e R\$ 197.895 em repasses do BNDES. Merece destaque, o crescimento dos depósitos totais de 44,5% em relação a dez/2020, o que demonstra o bom conceito e prestígio que o Banco possui junto a seus clientes e instituições financeiras no mercado doméstico.

Agradecimentos

É indispensável traduzir o reconhecimento ao trabalho de nossos funcionários, ao apoio de nossos acionistas e a confiança de nossos clientes e das instituições financeiras do mercado.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2022.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco possui créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases de cálculo negativa de contribuição social, contabilizados em seu ativo, conforme nota explicativa nº 13b às demonstrações financeiras, cuja expectativa de realização está baseada em projeções de resultados tributáveis futuros, as quais requerem a aplicação de alto nível de julgamento sobre as premissas utilizadas por parte da Administração.

Devido à relevância do saldo no contexto das demonstrações financeiras e o uso de alto grau de julgamento por parte da Administração, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos processos e avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes relativos à preparação, análise e aprovação do estudo de realização dos créditos tributários; (ii) análise das bases fiscais de apuração das diferenças temporárias, do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social; (iii) entendimento e avaliação das premissas de negócio críticas incluídas nas projeções de resultados; e (iv) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração para o registro de créditos tributários são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é constituída levando-se em consideração as normas regulamentares do BACEN, notadamente os requerimentos da Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional - CMN. A estimativa da provisão para perdas associadas ao risco de crédito envolve alto nível de julgamento e uso de estimativas por parte da Administração do Banco e envolve modelos internos para determinação do “rating” do tomador de crédito, que levam em consideração fatores como conjuntura econômica, histórico dos clientes junto ao Banco, garantias vinculadas, nível de inadimplência, entre outros.

Devido à relevância no contexto das demonstrações financeiras, ao uso de alto nível de julgamento da Administração, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento e leitura das políticas internas do Banco relacionadas à determinação do risco de crédito dos clientes; (ii) entendimento do modelo interno utilizado na determinação do “rating” e critérios de provisionamento adotados; (iii) entendimento dos processos e avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes; (iv) desafio das principais premissas e dos julgamentos relevantes da Administração na determinação do “rating” de crédito; e (v) recálculo, com base em amostra, das provisões atribuídas aos clientes.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios adotados pela Administração do Banco e a política para determinar a provisão para perdas associadas ao risco de crédito são apropriados, no contexto das demonstrações financeiras como um todo.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.


- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609 /O-8


Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.
 Balanços Patrimoniais
 em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Ativo Circulante		2.660.325	5.477.890
Disponibilidades	4	90.506	143.942
Instrumentos financeiros		2.570.780	5.333.669
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4, 5	26.600	707.365
Títulos e valores mobiliários	6 a	2.026.409	3.883.287
Derivativos	7 a	64.586	23.936
Carteira de crédito - Setor privado	8 a	209.353	275.561
Carteira de câmbio	9 a	243.832	443.520
Provisão para perdas associada ao risco de crédito		(10.545)	(1.767)
Carteira de crédito - Setor privado	8 b	(10.545)	(1.767)
Negociação e intermediação de valores	9 c	7.428	-
Outros créditos	9 b	2.156	2.046
Ativo Não Circulante		1.686.644	1.424.947
Instrumentos financeiros		946.123	755.877
Títulos e valores mobiliários	6 a	434.626	360.824
Derivativos	7 a	50.178	1.753
Carteira de crédito - Setor privado	8 a	461.319	393.300
Provisão para perdas associada ao risco de crédito		(10.902)	(8.319)
Carteira de crédito - Setor privado	8 b	(10.902)	(8.319)
Outros créditos	9 b	29.368	22.688
Créditos tributários	13 b	237.498	227.037
Devedores por depósitos em garantia		188.595	136.735
Fiscais	14 a	188.532	136.662
Trabalhistas	14 b.1	63	41
Outros		-	32
Investimentos		287.836	280.110
Participações em controladas - no País	10	285.265	277.528
Outros investimentos	10	2.571	2.582
Imobilizado de uso		4.890	6.201
Outras imobilizações de uso		18.357	17.610
Depreciações acumuladas		(13.467)	(11.409)
Intangível		3.236	4.618
Ativos intangíveis		9.236	10.552
Amortização acumulada		(6.000)	(5.934)
Total		4.346.969	6.902.837

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.
 Balanços Patrimoniais
 em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Passivo Circulante		2.231.572	4.265.660
Instrumentos financeiros		2.192.612	4.241.451
Depósitos	11a	1.769.853	301.357
Captações no mercado aberto	11a	84.509	3.119.578
Recursos de letras financeiras	11a	56.478	349.806
Obrigações por repasses do País - BNDES	11a	10.744	8.504
Derivativos	7 a	25.131	19.093
Carteira de Câmbio	9 a	245.897	443.113
Obrigações		37.078	22.094
Sociais e estatutárias	12 b	17.479	4.845
Impostos e contribuições a recolher		4.284	3.262
Negociação e intermediação de valores	9 c	-	1.443
Diversas	9 d	15.315	12.544
Provisão para garantias financeiras prestadas	9 e	1.882	2.115
Passivo não Circulante		2.115.397	2.637.177
Instrumentos financeiros		1.373.669	1.928.725
Depósitos	11a	1.067.314	1.661.747
Captações no mercado aberto	11a	3.888	10.151
Recursos de letras financeiras	11a	112.492	63.548
Obrigações por repasses do País - BNDES	11a	187.151	189.524
Derivativos	7 a	2.824	3.755
Obrigações		16.034	15.952
Diversas	9 d	16.034	15.952
Obrigações fiscais diferidas	13 b	25.095	25.415
Provisões para riscos		147.780	137.861
Fiscais	14 a	147.257	137.338
Trabalhistas	14 b.1	523	523
Patrimônio líquido		552.819	529.224
Capital - De domiciliados no País	12 a	84.000	84.000
Capital - De domiciliados no Exterior	12 a	336.000	336.000
Reservas de lucros	12 c	138.766	106.195
Outros resultados abrangentes		(5.947)	3.029
Total		4.346.969	6.902.837

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

Demonstrações de resultados

Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto o lucro do semestre por ação)

	Nota	2º semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2021	2021	2020
Receitas da intermediação financeira		191.846	524.615	1.054.234
Operações de crédito		47.404	126.004	59.145
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		(179.231)	(153.656)	1.081.373
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		291.917	511.290	(153.898)
Resultado de operações de câmbio		31.756	40.977	67.614
Despesas da intermediação financeira		(151.651)	(396.869)	(949.857)
Operações de captação no mercado		(133.609)	(361.176)	(933.231)
Operações de empréstimos e repasses		(13.251)	(24.370)	(15.092)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	8 c	(4.791)	(11.323)	(1.534)
Resultado bruto da intermediação financeira		40.195	127.746	104.377
Outras receitas/(despesas) operacionais		(43.772)	(78.668)	(88.948)
Receitas de prestação de serviços	19 b	3.507	9.247	15.887
Despesas de pessoal		(30.656)	(52.163)	(52.734)
Outras despesas administrativas	19 c	(14.903)	(27.415)	(26.639)
Despesas tributárias	19 d	(394)	(1.117)	(1.633)
Provisão para riscos - Fiscais	14 a	(3.418)	(6.135)	(6.471)
- Trabalhista	14 b.1	(11)	(12)	(523)
Provisão para garantias financeiras prestadas	9 e	(121)	233	(419)
Resultado de participações em controladas	10	2.091	2.838	(562)
Outras receitas operacionais	19 e	154	164	111
Outras despesas operacionais	19 f	(21)	(4.308)	(15.965)
Resultado operacional		(3.577)	49.078	15.429
Resultado não operacional		(11)	4	28
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(3.588)	49.082	15.457
Imposto de renda e contribuição social		15.412	(1.167)	6.352
Impostos correntes	13 a	4.045	(597)	(6.249)
Impostos diferidos		11.367	(570)	12.601
Participações no lucro		(2.645)	(2.645)	(1.588)
Lucro do semestre/exercício		9.179	45.270	20.221
Número de ações	12 a	127.338.665	127.338.665	127.338.665
Lucro do semestre/exercício por ação - R\$		0,07	0,35	0,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.
 Demonstrações do Resultado Abrangente
 Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021
 (Em milhares de Reais)

	2º semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2021	2020
Lucro do semestre/exercício	9.179	45.270	20.221
Outros resultados abrangentes	(5.019)	(8.975)	(5.454)
. Ajuste a valor justo de Títulos, classificados em "Disponíveis para Venda", líquido de impostos diferidos:			
- Próprios	(8.629)	(13.873)	(6.010)
- de Controladas	3.610	4.898	556
Total de Outros resultados abrangentes	4.160	36.295	14.767

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021
 (Em milhares de Reais)

Nota	Capital Social	Reservas de lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Legal	Para Expansão			
Patrimônio líquido em 01 de janeiro de 2020	420.000	31.874	59.800	8.483	-	520.157
Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis p/Venda						
. Próprios	6 b	-	-	(6.010)	-	(6.010)
. Controladas		-	-	556	-	556
Lucro líquido do exercício		-	-	-	20.221	20.221
Destinações do lucro:						
. Reservas	12 c	-	1.011	-	(14.521)	-
. Juros sobre capital próprio declarados	12 b	-	-	-	(5.700)	(5.700)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020	420.000	32.885	73.310	3.029	-	529.224
Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis p/Venda						
. Próprios	6 b	-	-	(13.873)	-	(13.873)
. Controladas		-	-	4.898	-	4.898
Lucro líquido do exercício		-	-	-	45.270	45.270
Destinações do lucro:						
. Reservas	12 c	-	2.264	-	(32.570)	-
. Juros sobre capital próprio declarados	12 b	-	-	-	(12.700)	(12.700)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021	420.000	35.149	103.616	(5.946)	-	552.819
Patrimônio líquido em 01 de julho de 2021	420.000	32.885	73.310	(927)	36.091	561.359
Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis p/Venda						
. Próprios	6 b	-	-	(8.629)	-	(8.629)
. Controladas		-	-	3.610	-	3.610
Lucro líquido do semestre		-	-	-	9.179	9.179
Destinações do lucro:						
. Reservas	12 c	-	2.264	-	(32.570)	-
. Juros sobre capital próprio declarados	12 b	-	-	-	(12.700)	(12.700)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021	420.000	35.149	103.616	(5.946)	-	552.819

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	2º semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2021	2020
Atividades operacionais			
Lucro do semestre/exercício	9.179	45.270	20.221
Ajustes ao lucro líquido	(43.609)	(6.607)	16.590
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	4.791	11.323	1.534
Depreciação e amortização	1.915	3.875	3.948
Resultado de participações em controladas	(2.091)	(2.838)	562
Impostos correntes e diferidos	(15.412)	1.167	(6.352)
Outras provisões operacionais	(15.919)	(26.842)	1.444
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(16.893)	6.708	15.454
Variações em ativos e passivos	80.880	(284.521)	327.834
Redução (aumento) em Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	480.464	157.897
Redução (aumento) em Títulos e valores mobiliários	1.531.290	1.796.425	(1.815.855)
Redução (aumento) em Instrumentos financeiros derivativos (Ativo)	(41.290)	(89.075)	30.108
Redução (aumento) em Operações de crédito	127.867	(1.772)	(278.492)
Redução (aumento) em Outros créditos	(102.890)	135.092	(371.200)
Aumento (redução) em Depósitos	310.785	874.063	1.484.020
Aumento (redução) em Captações no mercado aberto	(1.538.750)	(3.041.332)	1.300.522
Aumento (redução) em Recursos de letras financeiras	(213.088)	(244.384)	(476.739)
Aumento (redução) em Obrigações por repasses do País - BNDES	1.595	(133)	1.018
Aumento (redução) em Instrumentos financeiros derivativos (Passivo)	(50.576)	5.107	(36.427)
Aumento (redução) em Outras obrigações	59.991	(194.922)	340.268
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.054)	(4.054)	(7.286)
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades operacionais	46.450	(245.858)	364.645
Atividades de investimentos			
Alienação de investimentos	11	11	-
Redução em empresas de capital fechado	-	-	2.625
Aquisição de imobilizado de uso	(1.014)	(1.182)	(1.809)
Alienação de imobilizado de uso	-	-	706
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades de investimento	(1.003)	(1.171)	1.522
Atividades de financiamentos			
Juros sobre o capital próprio pagos	-	-	(3.952)
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades de financiamento	-	-	(3.952)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	16.893	(6.708)	(15.454)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	62.340	(253.737)	346.761
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	54.766	370.843	24.082
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	117.106	117.106	370.843
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	62.340	(253.737)	346.761

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 - *Em milhares de Reais*

1) Contexto operacional

O Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. (Banco), controlada direta do Haitong Bank S.A., com sede em Lisboa (Portugal), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Haitong) perante o Banco Central do Brasil (BACEN), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 8º andar – Itaim Bibi - São Paulo - SP. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a participação de instituições controladas (Haitong Securities do Brasil CCVM S.A. e Haitong do Brasil DTVM S.A.), integrantes do sistema financeiro.

Como parte da estratégia de negócios, mantivemos as atividades do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. – Cayman Branch, cujos ativos totais e patrimônio líquido totalizavam US\$ 24.505 mil (31.12.2020 US\$ 24.889 mil) e US\$ 23.808 mil (31.12.2020 US\$ 22.936 mil), respectivamente.

2) Apresentação das demonstrações financeiras

a) Apresentação

As demonstrações financeiras do Banco, incluindo sua dependência no exterior, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis no Brasil, a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11638/07 e nº 11941/09, para o registro contábil das operações, associadas às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 15.02.2022.

A Resolução CMN nº 4818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabeleceram os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3959/2019, e entrou em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. As principais alterações implementadas foram: as contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade; os saldos do balanço patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do semestre anterior para as quais foram apresentadas; a inclusão da demonstração do resultado abrangente e a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes (vide nota 3 “m”). As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o lucro líquido ou o patrimônio líquido.

As demonstrações financeiras da dependência no exterior foram ajustadas às práticas contábeis vigentes no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, bem como, foram convertidas para reais de acordo com a taxa de câmbio da moeda local. Essas demonstrações financeiras foram consolidadas nas demonstrações financeiras do Banco. Os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas e os resultados oriundos das transações entre o Banco e sua dependência no exterior foram eliminados, quando aplicável.

b) Processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, alguns pronunciamentos contábeis e suas interpretações foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

a) Resolução nº 3566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 (R1)), **b)** Resolução nº 4818/20 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 (R2)), **c)** Resolução nº 4818/20 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 (R1)), **d)** Resolução nº 3823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25), **e)** Resolução nº 4818/20 – Evento Subsequente (CPC 24), **f)** Resolução nº 3989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 (R1)), **g)** Resolução 4007/11 – Evidenciação de Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificações de Erros (CPC 23), **h)** Resolução nº 4144/12 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (CPC 00 (R2)), **i)** Resolução nº 4424/15 – Benefícios a Empregados (CPC 33 (R1)), **j)** Resolução nº 4524/16 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (CPC 02 (R2)), **k)** Resolução nº 4534/16 – Ativo Intangível (CPC 04 (R1)), **l)** Resolução nº 4535/16 – Ativo Imobilizado (CPC 27), **m)** Resolução nº 4818/20 – Resultado por Ação (CPC 41 (R1) e **n)** Resolução nº 4748/19 – Mensuração do Valor Justo (CPC 46).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Novas normas emitidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) com vigência futura

i) Resolução CMN nº 4.817 e Resolução BCB nº 33: Dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. Adicionalmente, a Resolução BCB nº 33, estabelece os procedimentos aplicáveis às instituições financeiras na divulgação em notas explicativas das seguintes informações: i) da aquisição de participação em coligadas, controladas e controladas em conjunto; ii) das participações em coligadas, controladas e controladas em conjunto; e iii) das operações de fusão, incorporação e cisão. A Administração não tem expectativa de impactos contábeis relevantes no Banco e nas suas controladas após a vigência destas normas.

ii) Resolução CMN nº 4.818: Consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e determina que:

- As instituições financeiras registradas na forma de companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento S1 a S3, conforme regulamentação específica, deverão elaborar demonstrações contábeis anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, com a divulgação em notas explicativas das principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações individuais de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras (BRGAAP) e as práticas contábeis adotadas para o Consolidado em IFRS.

- As instituições financeiras que divulguem ou publiquem demonstrações contábeis consolidadas, voluntariamente ou por força de disposições legais, regulamentares, estatutárias ou contratuais e relativas a períodos inferiores a um ano, devem adotar o padrão contábil internacional, na elaboração dessas demonstrações.

Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 e a Administração está avaliando o impacto de sua adoção em suas divulgações para o exercício a iniciar-se em 2022.

iii - Resolução CMN nº 4.872: Dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. O normativo consolidou e atualizou as normas que versavam sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido pelas instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Ademais, estabeleceu-se tratamento específico para os custos de transação incorridos na emissão de instrumentos patrimoniais próprios, em consonância com o disposto no pronunciamento *International Accounting Standard - IAS 32 - Financial Instruments: Presentation*, emitido pelo IASB. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022. Não há impactos contábeis relevantes no Banco e nas suas controladas em função da vigência desta Resolução.

iv - Resolução CMN nº 4.924 e Resolução BCB nº 120: Dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Dentre outros procedimentos, destaca-se a adoção de moeda padrão (ex.: câmbio SPOT ou câmbio PTAX) para a conversão de transações e demonstrações contábeis, com o objetivo de reduzir assimetrias nas demonstrações contábeis. Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 e a Administração está avaliando os impactos de sua adoção no Banco e nas suas controladas.

v - Resolução CMN nº 4.958: Dispõe sobre os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal (ACP). Esta Resolução entra em vigor a partir de 03 de janeiro de 2022 e a Administração não espera impactos relevantes para o Banco e suas controladas quando de sua adoção.

vi - Resolução CMN nº 4.966: Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Administração realizará avaliação para determinar os impactos de sua adoção no Banco e nas suas controladas.

3) Resumo das principais práticas contábeis

- a. As receitas e as despesas foram apropriadas pelo regime de competência.
- b. Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos e, se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme Circular BACEN n.º 3068 (vide nota n.º 6 “b”): **b.1)** Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período; **b.2)** Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor justo em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e **b.3)** Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos de provisão, quando aplicável, em contrapartida ao resultado do período.

- c. O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com intuito de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e de taxas de juros, utilizando-se para tal dos instrumentos disponíveis na B3 e no mercado de balcão. Esses instrumentos financeiros derivativos são avaliados a valor justo (Resolução nº 4748/19) e contabilizados de acordo com a Circular BACEN nº 3082/02 (vide nota nº 7 “a”). Os instrumentos financeiros derivativos (instrumentos de hedge) utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor justo dos ativos e passivos financeiros (itens objeto de hedge) são considerados como instrumentos de proteção (operação de hedge) e, quando da contratação da operação, são classificados na categoria “hedge de risco de mercado” (vide nota nº 7 “c”). Adicionalmente, desde o início da operação e de maneira continuada, o Banco documenta se o instrumento de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças do valor justo do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge. A operação de hedge é descontinuada quando o Banco cancela ou não se qualifica mais como hedge ou o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado. Os ganhos e perdas decorrentes das mudanças no valor justo dos instrumentos de hedge e dos itens objeto de hedge são registrados em contas de receitas e despesas no resultado.
- d. As operações de crédito foram classificadas de acordo com o julgamento da Administração em nove níveis de risco, levando em consideração a análise dos clientes e garantias, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2682. Após 60 dias, as rendas das operações vencidas somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” (risco máximo), após 6 meses, são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. A provisão para perdas associadas ao risco de crédito foi constituída considerando a atual conjuntura econômica e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure a adequada provisão em montante suficiente para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2682 (vide nota 8 “b”).
- e. Redução do valor recuperável (*impairment*) - é reconhecida uma perda por *impairment* se o valor da contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo semestralmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.
- f. Ativo permanente: demonstrado pelo custo, combinado com os seguintes aspectos:
1. As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota nº 10).
 2. Depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear às seguintes taxas anuais: 20% para sistemas de processamento de dados e veículos e 10% para móveis e equipamentos.
 3. Intangível, representados por direito de uso de softwares, sendo sua amortização calculada pelo método linear durante o prazo do contrato.
- g. Os passivos circulante e exigível a longo prazo incluem os passivos conhecidos e calculáveis acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base *pro rata* dia) e cambiais incorridos, quando aplicável.
- h. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 (vide nota 14), o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3823, sendo:

- **Provisões:** são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
 - **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
 - **Obrigações Legais:** Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.
- i. As provisões para imposto de renda (IRPJ), contribuição social (CSLL), PIS e COFINS são calculadas às alíquotas de 15% mais adicional de 10%, 20% até 30.06.2021 (25% para o período de 01.07.2021 a 31.12.2021); 0,65% e 4%, respectivamente, considerando para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada encargo (vide nota nº 13 “a” para IRPJ e CSLL). A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 20% para 25% com vigência até 31.12.2021, nos termos da Medida Provisória nº 1034 de 01.03.2021 (convertida na Lei nº 14183 de 14.07.2021). Também é observada a prática contábil de constituição de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias às mesmas alíquotas vigentes utilizadas para constituição de provisão (vide nota nº 13 “b”). Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
 - j. Garantias financeiras prestadas: as perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculadas a garantias prestadas foram avaliadas de acordo com a natureza da obrigação prestada, na experiência passada, nas expectativas futuras e na política de avaliação de risco da Administração. Essa avaliação é revista pelo menos semestralmente. A provisão para garantias prestadas foi constituída em montante suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada, sendo registrada em adequada conta do passivo, tendo como contrapartida o resultado do período. A adoção desses procedimentos teve os seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017 de acordo com a Resolução CMN nº 4512 (vide nota nº 9 “e”).
 - k. As demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis brasileiras, incluem algumas contas cujos valores são determinados por estimativas baseadas na experiência passada, ambiente legal e de negócios, probabilidade de ocorrência de eventos sujeitos ou não ao controle da Administração, etc.. As principais estimativas envolvem cálculos de valor justo para títulos e instrumentos financeiros derivativos, de provisões para créditos de liquidação duvidosa e para contingências e de realização dos ativos fiscais diferidos líquidos dos passivos diferidos. Essas estimativas são revistas pelo menos semestralmente, buscando-se determinar valores que mais se aproximem dos futuros valores de liquidação dos ativos ou passivos considerados.
 - l. O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações do capital social integralizado nas datas das demonstrações financeiras.

- m. A Resolução BCB nº 2 de 27.11.2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa nº 18.

4) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias. O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	31.12.2021	31.12.2020
Disponibilidades	90.506	143.942
- Aplicações no Mercado Aberto - posição bancada	26.600	120.160
- Aplicações no Mercado Aberto - posição financiada	-	46.998
- Aplicações no Mercado Aberto - posição vendida	-	59.743
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - Total	<u>26.600</u>	<u>226.901</u>
Total	<u>117.106</u>	<u>370.843</u>

5) Aplicações interfinanceiras de liquidez

	31.12.2021		31.12.2020			
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Valor Contábil	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor de Custo
- N.T.N.-F	-	-	-	-	120.160	120.160
Aplicações no Mercado Aberto - posição bancada	-	-	-	-	120.160	120.160
- L.F.T.	26.600	-	26.600	26.600	46.998	46.998
Aplicações no Mercado Aberto - posição financiada	26.600	-	26.600	26.600	46.998	46.998
- N.T.N.-F	-	-	-	-	540.207	537.822
Aplicações no mercado aberto - Posição Vendida	-	-	-	-	540.207	537.822
TOTAL em 31.12.2021 - R\$	<u>26.600</u>	<u>-</u>	<u>26.600</u>	<u>26.600</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
- %	<u>100,0%</u>	<u>-</u>	<u>100,0%</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
TOTAL em 31.12.2020 - R\$	<u>410.006</u>	<u>297.359</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>707.365</u>	<u>704.980</u>
- %	<u>58,0%</u>	<u>42,0%</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>100,0%</u>	<u>-</u>

6) Títulos e valores mobiliários

a. Composição da carteira

Títulos	31.12.2021				31.12.2020			
	Livres	Vinculadas a operações compromissadas	Vinculadas a prestação de garantias	Total	Livres	Vinculadas a operações compromissadas	Vinculadas a prestação de garantias	Total
L.F.T.	9.761	-	-	9.761	-	11.158	53.800	64.958
L.T.N.	294.308	32.939	162.614	489.861	1.505	654.371	-	655.876
N.T.N.-B	24.622	-	-	24.622	10.536	17.387	-	27.923
N.T.N.-F	1.502.977	-	124.159	1.627.136	1.096.467	1.952.907	124.592	3.173.966
Debêntures	98.203	51.224	59.633	209.060	184.948	-	38.397	223.345
Notas Promissórias	30.281	-	-	30.281	41.549	-	-	41.549
Fundos de Investimentos	57.458	-	-	57.458	36.792	-	-	36.792
Aplicações em T.V.M. no exterior	8.366	4.490	-	12.856	7.745	11.957	-	19.702
TOTAL	<u>2.025.976</u>	<u>88.653</u>	<u>346.406</u>	<u>2.461.035</u>	<u>1.379.542</u>	<u>2.647.780</u>	<u>216.789</u>	<u>4.244.111</u>

b. Classificação da carteira por categoria

Títulos							31.12.2021		31.12.2020	
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Contábil	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor de Custo
L.F.T.	-	-	-	9.761	-	-	9.761	9.722	64.958	64.890
L.T.N.	-	5.241	-	267.906	-	-	273.147	268.816	562.159	550.333
N.T.N.-B	-	-	-	3.823	-	-	3.823	3.915	3.863	3.616
N.T.N.-F	-	-	-	103.324	-	1.523.812	1.627.136	1.779.016	3.173.966	3.093.550
Fundos de Investimentos	41.787	-	-	-	-	-	41.787	41.787	27.902	27.902
Total - Negociação (b.1)	41.787	5.241	-	384.814	-	1.523.812	1,955.654	2,103.256	3,832.848	3,740.291
L.T.N.	-	-	-	216.714	-	-	216.714	232.214	93.717	89.644
N.T.N.-B	-	-	-	-	-	20.799	20.799	26.011	24.060	23.677
Debêntures	-	-	38.176	37.172	11.158	-	86.506	86.523	143.285	143.247
Fundos de Investimentos	15.671	-	-	-	-	-	15.671	15.671	8.890	8.890
Total - Disponíveis para Venda (b.2)	15.671	-	38.176	253.886	11.158	20.799	339.690	360.419	269.952	265.458
Debêntures	-	-	-	122.554	-	-	122.554	122.554	80.060	80.060
Aplicações em T.V.M. no exterior	-	-	8.366	4.490	-	-	12.856	12.856	19.702	19.702
Notas Promissórias	-	-	8.541	21.740	-	-	30.281	30.281	41.549	41.549
Total - Mantidos até o Vencimento (b.3)	-	-	16.907	148.784	-	-	165.691	165.691	141.311	141.311
TOTAL em 31.12.2021 - R\$	57.458	5.241	55.083	787.484	11.158	1.544.611	2,461.035	2,629.366	-	-
- %	2,3%	0,2%	2,2%	32,0%	0,5%	62,8%	100,0%	-	-	-
TOTAL em 31.12.2020 - R\$	27.902	-	104.691	1.116.755	688.772	2,305.991	-	-	4,244.111	4,147.060
- %	0,7%	0,0%	2,5%	26,3%	16,2%	54,3%	-	-	100,0%	-

O valor justo dos títulos em carteira baseia-se em coletas de preços junto ao mercado na data do balanço. Caso não haja liquidez ou cotação de preços para calcular o valor justo de determinado título, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação ou cotações de preços para títulos com características semelhantes.

- b.1.** “Títulos para negociação”: o ajuste negativo dos títulos no montante de R\$ 147.602 (31.12.2020 ajuste positivo R\$ 92.557), obtido entre o valor de custo R\$ 2.106.256 (31.12.2020 R\$ 3.740.291) e o valor justo R\$ 1.955.654 (31.12.2020 R\$ 3.832.848), foi registrado em conta adequada do resultado.
- b.2.** “Títulos disponíveis para venda”: o ajuste negativo dos títulos no montante de R\$ 20.729 (31.12.2020 ajuste positivo R\$ 4.494), obtido entre o valor de custo R\$ 360.419 (31.12.2020 R\$ 265.458) e o valor justo R\$ 339.690 (31.12.2020 R\$ 269.952), foi registrado em conta adequada de patrimônio líquido, líquido dos tributos. O valor de custo e o valor justo das debêntures foram deduzidos de provisão para valor recuperável de R\$ 6.718 (31.12.2020 R\$ 33.941).
- b.3.** “Títulos mantidos até o vencimento”: registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos. O valor justo desses títulos na data do balanço totalizava R\$ 165.888 (31.12.2020 R\$ 142.296). O Banco utilizou de coleta de preços cotados em mercado ativo para cálculo do valor justo desses títulos (Nível 3, vide nota 16) para fins de divulgação do valor justo desses títulos nas demonstrações financeiras.

7) Instrumentos financeiros derivativos

- a. Derivativos:** os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos futuros, a termo, opções e de swap, registrados na B3, envolvendo taxas pré-fixadas, mercado interfinanceiro (DI), variação cambial ou índice de preços, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2021			31.12.2020		
	Valor justo		Valores de custo atualizados	Valor justo		Valores de custo atualizados
	Valores referenciais	Exposição líquida ativa/(passiva)	Exposição líquida ativa/(passiva)	Valores referenciais	Exposição líquida ativa/(passiva)	Exposição líquida ativa/(passiva)
CDI	995.657	46.133	(39.572)	1.316.942	10.604	(26.481)
DOLAR	-	-	-	5.669	36	47
Swaps	995.657	46.133	(39.572)	1.322.611	10.640	(26.434)
Termo de moedas - Dolar	3.478.923	39.223	30.460	677.884	(7.361)	(4.176)
Compra de opção de compra - Dolar	240.002	3.483	5.992	129.300	2.343	2.464
Compra de opção de venda - Dolar	162.750	426	3.083	-	-	-
Venda de opção de compra - Dolar	245.105	(568)	(2.769)	-	-	-
Venda de opção de venda - Dolar	318.457	(1.888)	(6.828)	129.300	(2.781)	(2.464)
TOTAL Instrumentos Financeiros						
Derivativos (Ativo - Passivo)	5.440.894	86.809	(9.634)	2.259.095	2.841	(30.610)
DAP	33.962	57	57	14.150	(13)	(13)
DI	3.000.633	(1.400)	(1.400)	5.432.395	(3.013)	(3.013)
DDI	901.743	18.251	18.251	497.820	786	786
DOLAR	1.039.437	2.359	2.359	478.206	807	807
WDO	629.948	(12.116)	(12.116)	-	-	-
INDICES	-	-	-	2.981	(10)	(10)
Futuros - Compras e Vendas	5.605.723	7.151	7.151	6.425.552	(1.443)	(1.443)

Os prêmios/diferenciais a receber e a pagar das operações de opções, termo e swaps e os ajustes diários a receber e a pagar das operações de futuros estão ajustados ao seu valor justo e são registrados em contas patrimoniais de “Instrumentos financeiros - Derivativos” e de “Negociação e intermediação de valores”, respectivamente e, os valores de referência dessas operações registrados em contas de compensação.

Para a obtenção dos valores justo o Banco adotou os seguintes critérios: operações de futuros utilizam-se cotações em bolsa, operações de opções utilizam-se modelos próprios de precificação baseando-se em parâmetros de mercado e para operações a termo e de *swaps* estimam-se o fluxo de caixa futuro de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme curvas de correção, que refletem os fatores de risco adequados, sendo principalmente com base nos preços coletados de contratos negociados na B3.

A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada em razão da liquidação financeira diária. Os contratos de *Swaps* proporcionam risco de crédito no caso de a contraparte não ter a capacidade ou a disposição para cumprir suas obrigações contratuais.

b. Composição dos instrumentos financeiros derivativos por prazos de vencimento:

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total 31.12.2021	Total 31.12.2020
	<i>Swaps</i> (a)	-	-	-	-	46.133	46.133
Termo de moedas (a)	18.357	20.792	74	-	-	39.223	(7.361)
Opções (a)	2	304	1.147	-	-	1.453	(438)
Total em 31.12.2021	18.359	21.096	1.221	-	46.133	86.809	-
Total em 31.12.2020	7.526	(2.683)	(1.599)	-	(403)	-	2.841
Total em 31.12.2021 (b)	2.396.441	1.119.685	632.187	321.765	1.135.645	5.605.723	-
Total em 31.12.2020 (b)	1.189.370	1.299.479	1.247.340	1.117.716	1.571.647	-	6.425.552

(a) valores de exposição líquida e (b) valores de referência

c. Derivativos utilizados como instrumentos de hedge de risco de mercado

O Banco possuía a seguinte estrutura de hedge contábil de risco de mercado com o objetivo de compensar riscos de exposição à variação no valor de mercado decorrentes da variação acumulada da taxa de juros DI em relação as captações em depósitos a prazo contratadas com taxas de juros pré-fixadas e/ou indexadas ao IPCA.

Objeto de Hedge	Risco	Instrumento de Hedge	31.12.2021				% Efetividade
			Valor justo		Variação no valor justo		
			Instrumento de Hedge	Objeto de Hedge	Instrumento de Hedge	Objeto de Hedge	
. Captação em Depósitos a prazo	IPCA	Futuros - DAP	22.298	23.960	(62)	(155)	100,4%
. Captação em Depósitos a prazo e Letras financeiras(a)	Pré	Futuros - DI	132.596	694.588	965	(1.077)	89,6%

Objeto de Hedge	Risco	Instrumento de Hedge	31.12.2020				% Efetividade
			Valor justo		Variação no valor justo		
			Instrumento de Hedge	Objeto de Hedge	Instrumento de Hedge	Objeto de Hedge	
. Captação em Depósitos a prazo e Letras financeiras(a)	Pré	Futuros - DI	102.329	322.156	2.116	(2.487)	85,1%

a) O ajuste positivo a valor de mercado das captações em depósitos a prazo – R\$ 11.869 (31.12.2020 R\$ 1.888) e ajuste negativo de letras financeiras – R\$ 176 (31.12.2020 ajuste positivo R\$ 42), itens objeto de hedge, totalizou R\$ 11.693 (31.12.2020 R\$ 1.930) e encontra-se registrado no grupo de “Depósitos” e “Letras financeiras” (vide nota 11 “a”).

8) Operações de crédito

Na data do balanço, a carteira de crédito atingiu R\$ 670.672 (31.12.2020 R\$ 668.861). Se incluído o saldo de R\$ 149.509 (31.12.2020 R\$ 179.432) de fianças prestadas, registradas em contas de compensação, a carteira totalizaria R\$ 820.181 (31.12.2020 R\$ 848.293).

a. Composição da carteira por atividade econômica e por prazos de vencimento

	Parcelas a Vencer					Parcelas vencidas	Total	Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Até 12 meses		
Empréstimos - Indústria	37	-	6.831	6.831	20.495	-	34.194	65.064
Empréstimos - Comércio	-	-	-	-	-	-	-	25.408
Empréstimos - Outros Serviços	26.882	11.624	22.500	-	-	5.463	66.469	211.245
Financiamentos - Indústria	943	1.983	6.721	9.151	158.633	-	177.431	162.356
Financiamentos - Outros Serviços	2.757	8.178	22.590	6.342	9.855	-	49.722	60.449
Financiamentos a exportação - Indústria	57.831	21.084	107.202	12.500	-	-	198.617	144.339
Financiamentos a exportação - Comércio	28.929	43.642	63.334	8.334	-	-	144.239	-
TOTAL em 31.12.2021 - R\$	117.379	86.511	229.178	43.158	188.983	5.463	670.672	-
- %	17,5%	12,9%	34,2%	6,4%	28,2%	0,8%	100,0%	-
TOTAL em 31.12.2020 - R\$	101.939	173.622	171.904	39.788	181.608	-	-	668.861
- %	15,2%	26,0%	25,7%	5,9%	27,2%	-	0,0%	100,0%

b. Classificação da carteira de crédito por níveis de risco

A Resolução CMN nº 2682 introduziu os critérios para a classificação das operações de crédito e para a constituição da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, os quais baseiam-se em sistemas de avaliação de risco de clientes e operações. A seguir, demonstramos a composição da carteira de crédito e a provisão para perdas associadas ao risco de crédito nos correspondentes níveis de risco conforme estabelecido na referida Resolução:

Níveis de Risco	%	31.12.2021					31.12.2020				
		Saldo da Carteira			Provisão		Saldo da Carteira			Provisão	
		Parcelas a Vencer	Parcela vencida	Total	Mínima Exigida	Contábil	Parcelas a Vencer	Parcela vencida	Total	Mínima Exigida	Contábil
AA	-	200.863	-	200.863	-	-	266.126	-	266.126	-	-
A	0,5	183.620	-	183.620	918	918	135.135	-	135.135	676	676
B	1,0	211.626	-	211.626	2.116	3.359	254.237	-	254.237	2.542	4.279
C	3,0	36.875	-	36.875	1.106	3.286	-	-	-	-	-
D	10,0	19.378	-	19.378	1.938	3.488	-	-	-	-	-
E	30,0	12.847	-	12.847	3.854	4.933	13.363	-	13.363	4.009	5.131
F	50,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
G	70,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
H	100,0	-	5.463	5.463	5.463	5.463	-	-	-	-	-
TOTAL		665.209	5.463	670.672	15.396	21.447	668.861	-	668.861	7.227	10.086

c. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Em 31.12.2020 a provisão para perdas associadas ao risco de crédito totalizava R\$ 10.086 (31.12.2019 R\$ 8.580), sendo movimentada no decorrer do ano por: a) complemento de R\$ 11.415 (2ºsem/2021 R\$ 4.883 e 2020 R\$ 5.705), b) reversão de R\$ 92 (2ºsem/2021 R\$ 92 e 2020 R\$ 4.171) e c) variação cambial negativa de R\$ 38 (2ºsem/2021 R\$ 57 e 2020 R\$ 28), atingindo o saldo de R\$ 21.447 ao final do ano, correspondente a 3,2% (31.12.2020 1,5%) da carteira de crédito. No decorrer do ano de 2021 ocorreram recuperações de créditos no montante de R\$ 51.031 (2020 R\$ 13.732) e operações renegociadas no montante de R\$ 122.768 (2020 R\$ zero).

d. Concentração da carteira de crédito (incluem fianças prestadas - vide nota 9 “e”)

	31.12.2021		31.12.2020	
	Montante	%	Montante	%
. Maior devedor	177.431	21,6%	162.356	19,1%
. 10 maiores devedores	639.564	78,0%	692.566	81,6%
. 20 maiores devedores	820.181	100,0%	848.293	100,0%
. Total da carteira	820.181	100,0%	848.293	100,0%

9) Outros créditos e Outras obrigações

- a. **Carteira de câmbio: a.1) Ativo circulante:** composto por câmbio comprado a liquidar R\$ 27.903 (31.12.2020 R\$ 221.934), direitos sobre vendas de câmbio R\$ 218.577 (31.12.2020 R\$ 221.586) e adiantamentos em moeda nacional recebidos R\$ 2.648 (31.12.2020 R\$ zero). **a.2) Passivo circulante:** composta por câmbio vendido a liquidar R\$ 218.072 (31.12.2020 R\$ 221.734) e por obrigações por compras de câmbio R\$ 27.825 (31.12.2020 R\$ 221.379).

- b. Outros créditos:** **b.1) Circulante:** composto por rendas a receber R\$ 193 (31.12.2020 R\$ 190), adiantamentos, pagamentos a ressarcir e devedores diversos R\$ 976 (31.12.2020 R\$ 990) e despesas antecipadas R\$ 987 (31.12.2020 R\$ 866), **b.2) Não Circulante:** composto por impostos e contribuições a compensar R\$ 14.068 (31.12.2020 R\$ 10.381) e despesas antecipadas R\$ 15.299 (31.12.2020 R\$ 12.307).
- c. Negociação e intermediação de valores:** **c.1) Ativo circulante:** representada basicamente pelas operações com ativos financeiros realizados na B3 (vide nota nº 7 “a”) no valor de R\$ 7.151 (31.12.2020 R\$ zero) e **c.2) Passivo circulante:** representada pelas operações com ativos financeiros realizados na B3 (vide nota nº 7 “a”) no valor de R\$ zero (31.12.2020 R\$ 1.443) cujas liquidações ocorrem até o segundo dia útil subsequente à data do balanço).
- d. Obrigações – Diversas:** **d.1) Circulante:** composta por cobrança e arrecadação de tributos R\$ 850 (31.12.2020 R\$ 6), recursos em trânsito de terceiros R\$ 6 (31.12.2020 R\$ 170), provisão para pagamentos a efetuar R\$ 13.045 (31.12.2020 R\$ 9.751) e credores diversos - país R\$ 1.413 (31.12.2020 R\$ 2.617). **d.2) Não Circulante:** composta por provisão para pagamentos a efetuar R\$ 630 (31.12.2020 R\$ 3.254), comissões a pagar sobre fianças recebidas R\$ 15.080 (31.12.2020 R\$ 12.358) e rendas antecipadas R\$ 324 (31.12.2020 R\$ 340).
- e. Garantias financeiras prestadas:** A Resolução CMN nº 4512 de 28.07.2016 regulamentou sobre a avaliação de perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculadas a garantias financeiras prestadas, bem como, sobre a constituição e registro de provisão suficiente para cobertura dessas prováveis perdas a serem aplicados de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2017. Em 31.12.2020 a provisão totalizava R\$ 2.115 (31.12.2019 R\$ 1.696), sendo movimentada no decorrer do ano por: a) complemento R\$ 121 (2ºsem/2021 R\$ 121 e 2020 R\$ 905) e b) reversão R\$ 354 (2ºsem/2021 R\$ zero e 2020 R\$ 486), atingindo o saldo de R\$ 1.882 ao final do ano, correspondente a 1,2% (31.12.2020 1,2%) da carteira de fianças prestadas R\$ 149.509 (31.12.2020 R\$ 179.432).

10) Investimentos: composta por participações em controladas R\$ 285.265 (31.12.2020 R\$ 277.528) e por outros investimentos R\$ 2.582 (31.12.2020 R\$ 2.582), representados basicamente por ações de empresa de capital fechado.

	Haitong Securities do Brasil CCVM S.A.	Haitong do Brasil DTVM S.A.	Haitong Negócios S.A.	TOTAL
Capital Social	100.000	51.900	111.382	
Patrimônio Líquido	90.670	39.059	155.536	
Lucro/(prejuízo) no exercício	(988)	653	3.174	
Quantidade de ações possuídas - ON	12.809.890	3.503.519.702	41.701.911	
Quantidade de ações possuídas - PN	12.528.520	-	-	
% Participação	100,00%	100,00%	100,00%	2091
Resultado de equivalência patrimonial:				
. Exercício 2021	(988)	652	3.174	2.838
. Exercício 2020	(1.835)	(131)	1.404	(562)
Valor contábil dos investimentos:				
. em 31.12.2021	90.670	39.059	155.536	285.265
. em 31.12.2020	91.658	38.407	147.463	277.528

(a) Haitong Negócios S.A.: o ajuste positivo de valor de mercado de títulos e valores mobiliários, classificados como “disponíveis para venda”, no montante de R\$ 5.455 (31.12.2020 R\$ 556), líquido de tributos, foi registrado no patrimônio líquido. Durante o exercício findo em 31.12.2021, foram

reconhecidos R\$ 4.899 na rubrica de outros resultados abrangentes.

11) Recursos captados

a. Composição da carteira por prazos de vencimento

						31.12.2021		31.12.2020	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Contábil	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor de Custo
. Interfinanceiros (a)	-	158.800	-	-	-	158.800	158.800	140.210	140.210
. A Prazo (b)	161.621	961.403	831.208	16.365	-	1.970.597	1.970.597	1.510.721	1.510.721
. A Prazo - Item objeto de hedge (nota 7c)	2.029	486.000	219.741	-	-	707.770	719.639	312.173	314.061
Depósitos	163.650	1.606.203	1.050.949	16.365	-	2.837.167	2.849.036	1.963.104	1.964.992
Captações no mercado aberto	84.509	-	3.888	-	-	88.397	88.397	3.129.729	3.129.729
Letras financeiras (c)	1.088	44.612	112.492	-	-	158.192	158.192	403.371	403.371
Letras financeiras - Item objeto de hedge (nota 7c)	-	10.778	-	-	-	10.778	10.602	9.983	10.025
Obrigações p/Repasse (BNDES) (d)	3.699	7.045	25.279	11.996	149.876	197.895	197.895	198.028	198.028
TOTAL em 31.12.2021 - R\$	252.946	1.668.638	1.192.608	28.361	149.876	3.292.429	3.304.122	-	-
- %	7,7%	50,7%	36,2%	0,9%	4,5%	100,0%	-	-	-
TOTAL em 31.12.2020 - R\$	2.993.620	785.625	1.729.360	47.423	148.187	-	-	5.704.215	5.706.145
- %	52,5%	13,8%	30,3%	0,8%	2,6%	-	-	100,0%	-

Em 31.12.2021 os recursos captados no País possuíam as seguintes características: **a)** Depósitos interfinanceiros com vencimentos até julho de 2022, indexados à variação do DI; **b)** Depósitos a prazo negociados à taxa prefixada de 3,86% a.a. até 13,67% a.a. com vencimentos até novembro de 2024 e indexados à variação do DI com vencimentos até outubro de 2026; **c)** Letras financeiras emitidas com vencimento até dezembro de 2024, basicamente indexados à variação do DI e IPCA e **d)** Obrigações para repasses (BNDES) com vencimentos até setembro de 2040 basicamente indexados à variação da TJLP acrescidos de juros até 1,8% a.a..

b. Concentração dos Depósitos (incluem depósitos interfinanceiros e a prazo)

	31.12.2021		31.12.2020	
	Montante	%	Montante	%
. Maior depositante	1.224.344	43,2%	555.286	28,3%
. 10 maiores depositantes	2.459.158	86,7%	1.644.063	83,7%
. 20 maiores depositantes	2.769.389	97,6%	1.956.151	99,6%
. 50 maiores depositantes	2.837.167	100,0%	1.963.104	100,0%
. Total de Depósitos	2.837.167	100,0%	1.963.104	100,0%

12) Patrimônio Líquido

a. Capital Social: em 31.12.2021 e 2020, o capital social é de R\$ 420.000, representado por 127.338.665 ações nominativas, sendo 63.669.344 ações ordinárias e 63.669.321 ações preferenciais, sem valor nominal.

b. Dividendos: o Estatuto Social prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. Para as ações preferenciais é atribuído um dividendo no mínimo 10% superior ao valor atribuído às ações ordinárias, conforme inciso I do artigo 17 da Lei nº 6404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 9457/97.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
a. Lucro líquido do exercício	45.270	20.221
b. (-) Reserva Legal	(2.264)	(1.011)
c. Lucro líquido ajustado (a - b)	43.007	19.210
d. Juros sobre o capital (vr. bruto) pagos ou provisionados	12.700	5.700
e. (-) Imposto de renda na fonte (15%)	(1.905)	(855)
f. Juros sobre o capital (vr. Líquido) pagos ou provisionados (d-e)	10.795	4.845
g. % sobre o lucro líquido ajustado (f/c)	25,1%	25,2%

Em 2021, os juros sobre o capital próprio totalizaram R\$ 12.700 (2020 R\$ 5.700), correspondente aos valores brutos de R\$ 0,094984804491778 por ação ON e R\$ 0,104483284940956 por ação PN, sujeitos à incidência de imposto de renda na fonte à alíquota de 15%. Os juros sobre o capital próprio foram calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) sobre as contas do patrimônio líquido nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995. A adoção do pagamento desses juros sobre capital próprio aumentou o resultado do Banco em R\$ 5.715 (2020 R\$ 2.565). Os juros foram contabilizados em conformidade com a Carta Circular BACEN nº 3935/19 e em atendimento às disposições fiscais.

- c. **Reservas de Lucros:** a “Reserva para Expansão” é constituída com o objetivo de amparar futuros planos de investimentos e, será utilizada para compensar prejuízos, quando houver, aumentar o capital social ou pagar dividendos. Do lucro líquido do exercício, 5% se aplicam na constituição da “Reserva Legal”, que não deve exceder 20% do capital.

13) Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstração de cálculo do imposto de renda e da contribuição social

	<u>2021</u>		<u>2020</u>	
	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Contribuição Social</u>	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	49.082	49.082	15.457	15.457
Adições / (Exclusões) Permanentes e Temporárias	(47.508)	(46.629)	4.931	5.572
. Despesas indedutíveis (dedutíveis)	(25.242)	(26.066)	(33.210)	(34.484)
. Provisões Indedutíveis	(10.548)	(10.548)	3.326	3.326
. Resultado de Controladas no país	(2.838)	(2.838)	562	562
. Resultado de Filial no exterior	(4.401)	(4.401)	(23.490)	(23.490)
. Juros sobre o capital próprio	(12.700)	(12.700)	(5.700)	(5.700)
. Participações no lucro	(2.645)	(2.645)	(1.588)	(1.588)
. Ajuste de TVM e derivativos ao valor de mercado	12.569	12.569	66.946	66.946
. Outras adições / (exclusões)	(1.703)	-	(1.915)	-
Base de cálculo antes da compensação	1.574	2.453	20.388	21.029
(-) Prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL	(472)	(736)	(6.116)	(6.309)
Base de cálculo após compensação	1.102	1.717	14.272	14.720
Total dos encargos devidos no período	(211)	(386)	(3.387)	(2.862)
Constituição (Reversão) de créditos tributários de IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa	6.064	4.798	(1.405)	(1.386)
Constituição (Reversão) de créditos tributários de IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	(5.430)	(4.299)	3.271	2.673
(Constituição) Reversão de IRPJ e CSLL Diferidos sobre ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	(946)	(757)	5.249	4.199
IRPJ e CSLL registrados no Resultado	(523)	(644)	3.728	2.624

b. Créditos tributários e provisões diferidas

	Saldo 31.12.2020	Constituição	Realização e/ou Reversão	Saldo em 31.12.2021
Movimentação exercício 2021				
Base negativa de CSLL	46.851	4.945	(147)	51.649
Prejuízo fiscal de IRPJ	58.965	6.182	(118)	65.029
Provisão para devedores duvidosos	4.305	5.137	-	9.442
Créditos baixados para prejuízo	14.648	-	(12.332)	2.316
Provisão para riscos de crédito	15.273	-	(12.250)	3.023
Provisão para fianças prestadas	952	54	(159)	847
Provisão para riscos fiscais	61.125	4.463	-	65.588
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	19.682	5.656	-	25.338
Outros créditos tributários	5.236	360	(659)	4.937
SUB-TOTAL Créditos Tributários	227.037	26.797	(25.665)	228.169
Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis para Venda	-	9.329	-	9.329
TOTAL Créditos Tributários	227.037	36.126	(25.665)	237.498
Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis para Venda	(2.022)	-	2.022	-
Atualização dos depósitos judiciais	(23.393)	(1.702)	-	(25.095)
TOTAL Passivos Diferidos	(25.415)	(1.702)	2.022	(25.095)
TOTAL Posição Líquida	201.622	34.424	(23.643)	212.403
Movimentação exercício 2020				
	Saldo 31.12.2019	Constituição	Realização e/ou Reversão	Saldo em 31.12.2020
TOTAL Créditos Tributários	223.884	30.632	(27.479)	227.037
Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis para Venda	(6.940)	(461)	5.379	(2.022)
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	(10.444)	-	10.444	-
Atualização dos depósitos judiciais	(22.397)	(996)	-	(23.393)
TOTAL Passivos Diferidos	(39.781)	(1.457)	15.823	(25.415)
TOTAL Posição Líquida	184.103	29.175	(11.656)	201.622

O saldo de créditos tributários líquido de obrigações fiscais diferidas totalizou R\$ 212.403 (31.12.2020 R\$ 201.622) correspondente a 36,5% (31.12.2020 38,1%) em relação ao patrimônio líquido final:

. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social totalizaram R\$ 237.498 (31.12.2020 R\$ 227.037). O registro contábil desses créditos tributários foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está fundamentado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

. As provisões para imposto de renda e contribuição social diferidas de R\$ 25.095 (31.12.2020 R\$ 25.415) foram calculadas sobre os ajustes positivos de valor de mercado dos títulos e a receita não tributável de atualização dos depósitos judiciais.

Em 31.12.2021, os créditos tributários não ativados totalizaram R\$ 7.436 (31.12.2020 R\$ 18.563), com a expectativa de realização acima de 10 anos.

O valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações diferidas, calculados de acordo com a expectativa de realização e com base na taxa Selic, monta em R\$ 190.527 (31.12.2020 R\$ 189.537), conforme demonstrado na tabela a seguir:

	Saldos em 31.12.2021 - R\$ Mil				% Realização	
	Créditos Tributários	Obrigações Diferidas	Posição Líquida	Valor Presente	Anual	Acumulado
2022	6.029	-	6.029	5.396,5	2,8%	2,8%
2023	4.744	-	4.744	4.246,3	2,2%	5,1%
2024	5.499	-	5.499	4.931,4	2,6%	7,7%
2025	74.277	(25.096)	49.181	44.171,9	23,2%	30,8%
2026	16.039	-	16.039	14.383,5	7,6%	38,4%
2027	25.083	-	25.083	22.493,9	11,8%	50,2%
2028	19.947	-	19.947	17.888,1	9,4%	59,6%
2029	27.067	-	27.067	24.273,2	12,7%	72,3%
2030	26.272	-	26.272	23.560,2	12,4%	84,7%
2031	32.541	-	32.541	29.182,1	15,3%	100,0%
TOTAL	237.498	(25.096)	212.402	190.527		

14) Provisões, passivos contingentes e obrigações legais

O Banco e suas controladas, no curso normal de suas atividades, são partes em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível.

a.Obrigações Legais: referem-se a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação na esfera judicial, com destaque para:

a.1) o recolhimento das contribuições ao PIS e à COFINS sobre o faturamento, afastando-se a aplicação do artigo 3º da Lei nº 9.718, que promoveu o indevido alargamento da base de cálculo das referidas contribuições, cuja provisão e depósito judicial correspondente totalizavam R\$ 145.755 (31.12.2020 R\$ 135.836) e R\$ 143.487 (31.12.2020 R\$ 135.160), respectivamente. Tanto os saldos da obrigação legal como do depósito judicial foram atualizados com base na variação da taxa SELIC.

Em 31.12.2020 a provisão totalizava R\$ 135.836 (31.12.2019 R\$ 127.152), sendo complementada no decorrer do ano por novas obrigações R\$ 6.135 (2ºsem/2021 R\$ 3.418 e 2020 R\$ 6.471) e por atualização R\$ 3.784 (2ºsem/2021 R\$ 2.696 e 2020 R\$ 2.213), atingindo o saldo de R\$ 145.755 (30.06.2020 R\$ 131.494) ao final do ano, cujo montante ampara integralmente o risco decorrente dessas obrigações.

a.2) cobrança de supostos créditos tributários de IRPJ, IRRF e PIS, cujos valores foram depositados em juízo para obter certidão positiva, com efeitos de negativa, da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional cujos saldos de provisão e correspondente depósito judicial totalizavam R\$ 1.502 (31.12.2020 R\$ 1.502).

Essas obrigações legais encontram-se registradas na rubrica “Provisão para riscos - Fiscais” e os depósitos judiciais existentes encontram-se registrados na rubrica “Devedores por Depósitos em Garantia - Fiscais”.

b.Passivos Contingentes:

b.1) O Banco possuía as seguintes principais contingências que foram avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de “perda possível”:

i) previdenciárias – R\$ 9.570 (31.12.2020 R\$ 9.378): processos administrativos relativos a incidência de contribuição previdenciária sobre verbas não remuneratórias (períodos de 2008 a 2012);

ii) fiscais – R\$ 4.145 (31.12.2020 R\$ 4.071): representados principalmente por processos administrativos relativos a apuração da CSLL nos anos base 2008 e 2015 R\$ 2.278 (31.12.2020 R\$ 2.234), cobrança de IRPJ e CSLL sobre a atualização dos títulos patrimoniais da CETIP R\$ 564 (31.12.2020 R\$ 555) e compensações pleiteadas por PER/DCOMP e não homologadas R\$ 510 (31.12.2020 R\$ 500);

iii) cíveis, em início de processo, cuja perda máxima atribuída pelos nossos assessores legais totalizava R\$ 5.336 (31.12.2020 R\$ 5.336) e

iv) trabalhistas cuja perda máxima atribuída pelos nossos assessores legais totalizava R\$ 960 (31.12.2020 R\$ 1.887). Para possíveis execuções e acordos futuros foi constituída provisão no valor de R\$ 523 (31.12.2020 R\$ 523), registrada na rubrica “Provisão para Riscos - Trabalhistas”, sendo movimentada no decorrer do ano por complemento de provisão R\$ zero (2020 R\$ 523). Para esses processos existem depósitos judiciais no valor de R\$ 63 (31.12.2020 R\$ 41), registrado na rubrica “Devedores por Depósitos em Garantia - Trabalhistas”.

b.2) A controlada Haitong Securities do Brasil S.A. – C.C.V.M. possuía contingências fiscais e trabalhistas, em discussão nas esferas administrativa e judicial, as quais foram avaliadas pelos nossos assessores legais como de “perda possível”, representadas principalmente por processos fiscais relativos às cobranças de IRPJ e CSLL sobre a atualização dos títulos patrimoniais das Bolsas e da CETIP R\$ 44.520 (31.12.2020 R\$ 43.418) e de PIS e COFINS sobre os lucros obtidos nas vendas das ações das Bolsas e da CETIP R\$ 41.047 (31.12.2020 R\$ 40.302) e por processos trabalhistas cuja perda máxima atribuída pelos nossos assessores legais totalizava R\$ 14.101 (31.12.2020 R\$ 14.766), dos quais parte encontrava-se em início de discussão R\$ 4.012 (31.12.2020 R\$ zero).

b.3) A controlada Haitong Securities do Brasil S.A. – C.C.V.M. também possuía contingências de natureza trabalhista avaliadas como de “perda provável” cujos processos aguardam a homologação dos valores e a execução final, sendo estimada a perda de R\$ 6.798 (31.12.2020 R\$ 4.187). Para essa perda esperada e para possíveis execuções e acordos futuros foi constituída provisão no valor de R\$ 14.576 (31.12.2020 R\$ 9.742).

15) Transações entre partes relacionadas

a. As operações do Banco são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas que atuam integralmente nos mercados financeiros e de capitais, e estão assim representadas:

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	31.12.2021	31.12.2020	2021	2020
Serviços prestados a receber/(pagar)	(322)	(12.358)	(810)	2.414
Haitong Bank S.A. (Lisboa) Controlador direto	(322)	(12.358)	(810)	2.410
Haitong do Brasil D.T.V.M. S.A. Controlada	-	-	-	4
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(12.512)	(3.876)	-	-
Haitong Bank S.A. (Lisboa) Controlador direto	(12.512)	(3.876)	-	-
Depósitos a prazo	(116.580)	(109.916)	(4.930)	(2.867)
Haitong Negócios S.A. Controlada	(116.580)	(109.916)	(4.930)	(2.867)
Depósitos interfinanceiros	(91.862)	(89.572)	(3.893)	(772)
Haitong Securities do Brasil C.C.V.M. S.A. Controlada	(91.862)	(89.572)	(3.893)	(772)
Captações no mercado aberto	(33.317)	(33.190)	(1.433)	(2.613)
Haitong Securities do Brasil C.C.V.M. S.A. Controlada	-	-	-	(1.714)
Haitong do Brasil D.T.V.M. S.A. Controlada	(33.317)	(33.190)	(1.433)	(899)

b. Os honorários pagos aos Administradores, considerados “pessoal-chave”, totalizaram R\$ 6.099 no ano de 2021 (2020 R\$ 6.686). O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal - chave da Administração.

16) Valor justo dos instrumentos financeiros

O Haitong Brasil estima o justo valor dos seus instrumentos financeiros com base em preços observados em mercados ativos ou, na sua ausência, recorrendo a técnicas de avaliação baseados em modelos financeiros standard de mercado tais como desconto de cash flows e modelos de valorização de opções. Sempre que disponíveis, os parâmetros de mercado utilizados são os observáveis no mercado. Caso estes não sejam observáveis diretamente no mercado, são derivados de instrumentos transacionados ativamente no mercado futuro de derivativos ou obtidos através de preços indicativos de terceiros.

O Haitong Brasil realiza ajustamentos ao justo valor de instrumentos derivativos não colateralizados de forma a refletir o risco de crédito da contraparte (CVA) destes derivativos, considerando o valor atual em exposição, a perda esperada em caso de incumprimento e a probabilidade de incumprimento. A probabilidade de incumprimento é estimada com base no modelo de avaliação de risco de crédito do Banco ou com base em informação de mercado quando aplicável.

a) O justo valor dos ativos e passivos financeiros para o Haitong Brasil, é analisado como segue:

	31.12.2021				31.12.2020					
	Custo Amortizado	Valorizados ao valor justo			Total do Balanço	Custo Amortizado	Valorizados ao valor justo			Total do Balanço
		Nível 1	Nível 2	Nível 3			Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Disponibilidades	90.506	-	-	-	90.506	143.942	-	-	-	143.942
Ativos financeiros avaliados por seu valor justo	-	3.823	2.066.595	-	2.070.418	-	3.863	3.854.674	-	3.858.537
Por meio de resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Títulos	-	3.823	1.951.831	-	1.955.654	-	3.863	3.828.985	-	3.832.848
. Títulos públicos	-	3.823	1.910.044	-	1.913.867	-	3.863	3.801.083	-	3.804.946
. Títulos privados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Cotas de fundos de investimento	-	-	41.787	-	41.787	-	-	27.902	-	27.902
. Derivativos	-	-	114.764	-	114.764	-	-	25.689	-	25.689
. Swaps	-	-	46.133	-	46.133	-	-	11.838	-	11.838
. Termo	-	-	63.429	-	63.429	-	-	11.508	-	11.508
. Opções	-	-	5.202	-	5.202	-	-	2.343	-	2.343
Por meio de outros resultados abrangentes - PL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Títulos	-	20.799	216.714	102.177	339.690	-	24.060	93.717	152.175	269.952
. Títulos públicos	-	20.799	216.714	-	237.513	-	24.060	93.717	-	117.777
. Títulos privados	-	-	-	86.506	86.506	-	-	-	143.285	143.285
. Cotas de fundos de investimento	-	-	-	15.671	15.671	-	-	-	8.890	8.890
Ativos financeiros por custo amortizado	862.963	-	-	-	862.963	1.517.537	-	-	-	1.517.537
. Aplicações interfinanceiras de liquidez	26.600	-	-	-	26.600	707.365	-	-	-	707.365
. Títulos privados	165.691	-	-	-	165.691	141.311	-	-	-	141.311
. Crédito	670.672	-	-	-	670.672	668.861	-	-	-	668.861
Ativos financeiros	953.469	24.622	2.283.309	102.177	3.363.577	1.661.479	27.923	3.948.391	152.175	5.789.968

	31.12.2021				31.12.2020					
	Custo Amortizado	Valorizados ao valor justo			Total do Balanço	Custo Amortizado	Valorizados ao valor justo			Total do Balanço
		Nível 1	Nível 2	Nível 3			Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Passivos financeiros avaliados por seu valor justo	-	-	746.503	-	746.503	-	-	345.004	-	345.004
Por meio de resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Captações	-	-	718.548	-	718.548	-	-	322.156	-	322.156
. Depósitos	-	-	707.770	-	707.770	-	-	312.173	-	312.173
. Letras financeiras	-	-	10.778	-	10.778	-	-	9.983	-	9.983
. Derivativos	-	-	27.955	-	27.955	-	-	22.848	-	22.848
. Swaps	-	-	-	-	-	-	-	1.198	-	1.198
. Termo	-	-	24.206	-	24.206	-	-	18.869	-	18.869
. Opções	-	-	3.749	-	3.749	-	-	2.781	-	2.781
Passivos financeiros por custo amortizado	2.573.881	-	-	-	2.573.881	5.382.059	-	-	-	5.382.059
. Depósitos	2.129.397	-	-	-	2.129.397	1.650.931	-	-	-	1.650.931
. Captações no mercado aberto	88.397	-	-	-	88.397	3.129.729	-	-	-	3.129.729
. Letras financeiras	158.192	-	-	-	158.192	403.371	-	-	-	403.371
. Obrigações por repasses do País - BNDES	197.895	-	-	-	197.895	198.028	-	-	-	198.028
Passivos financeiros	2.573.881	-	746.503	-	3.320.384	5.382.059	-	345.004	-	5.727.063

b) Hierarquia de Justo Valor

Os instrumentos financeiros registrados ao justo valor são classificados em três níveis definidos da seguinte forma:

- **Nível 1** – Instrumentos valorizados com base em cotações observadas em mercados ativos e líquidos. Incluem-se neste nível: *Corporate Bonds* transacionados no mercado externo e com alta liquidez, títulos públicos atrelados à índices de inflação e contratos de derivativos futuros transacionados em mercados regulados.
- **Nível 2** – Instrumentos valorizados recorrendo a técnicas de avaliação com base em parâmetros observáveis no mercado, valorizados com base em cotações num mercado ativo de instrumentos similares como instrumentos de derivativos futuros. Incluem-se neste nível: derivativos de balcão de qualquer natureza, títulos públicos pré-fixados e atrelados à taxa Selic e fundos valorizados com base no *Net Asset Value* publicados diariamente pelas entidades que os gerem e com possibilidade de resgate diário. Os derivativos de balcão incluem instrumentos financeiros negociados nesse mercado (OTC), nos quais existe contratos de garantia (ISDA com CSA - *Credit Support Annex*), com valor mínimo de transferência (MTA), que permite mitigar o Risco de Crédito da contraparte e o CVA (*Credit Value Adjustment*).
- **Nível 3** - Instrumentos valorizados recorrendo a técnicas de avaliação com base em parâmetros não observáveis no mercado e que não cumpram com os requisitos para serem classificados em Nível 1 ou Nível 2. Incluem-se neste nível: títulos privados com característica de crédito ou de baixa liquidez, obrigações altamente ilíquidas ou em situação de incumprimento, fundos valorizados com base no *Net Asset Value* publicados pelas entidades que os gerem sem possibilidade de resgate diário e depósitos a prazo que façam parte das estruturas de *Hedge Accounting* e que, portanto, são marcados a mercado.

17) Gerenciamento de riscos

a. Introdução

O Haitong Brasil assume claramente que o gerenciamento do risco das suas atividades é um dos seus pilares estratégicos para seu crescimento e desenvolvimento no país e, dessa forma, proteger o capital da instituição e viabilizar a melhor rentabilidade dos seus negócios. Estes objetivos são alcançados através da definição do apetite de risco pelo acionista e suportados por uma estrutura de políticas e procedimentos totalmente aderentes a legislação local, melhores práticas internacionais e integração com o acionista controlador.

b. Tipos de Risco

- **Risco de Mercado e IRRBB (*Interest Rate Banking Book*):** o risco de mercado, por definição, trata da possibilidade de ocorrência de perdas resultante de flutuações em taxas de juros, preços de ações/commodities, variações cambiais e outros fatores de risco, os quais sensibilizam o valor de mercado de instrumentos detidos pela instituição. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado através do monitoramento *intraday* reportado à Administração, à Tesouraria e ao Controle de Riscos. O monitoramento vale-se dos níveis atuais de exposição perante os limites estabelecidos, os quais são determinados tanto em termos de riscos incorridos quanto em perdas inesperadas. São utilizadas as principais métricas usuais de mercado como: VaR (*Value at Risk*), análise de sensibilidade (V01) e *Stress Testing*. Complementando a estrutura de acompanhamento de riscos de mercado, é reportada diariamente a exigência de capital, conforme normas estipuladas pelo Banco Central do Brasil. Já o IRRBB é definido como o risco de impacto, na forma de movimentos adversos, nos instrumentos que a instituição detenha na carteira bancária. Os riscos da carteira bancária são apurados e reportados diariamente através das abordagens de valor econômico (*Economic Value of Equity – EVE*) e resultado de intermediação financeira (*Net Interest Income – NII*), além da análise de sensibilidade (V01), tanto em condições de monitoramento diário quanto sob condições de *Stress Testing*. Complementando a estrutura de gerenciamento do IRRBB, é reportada mensalmente a parcela *Banking*, conforme normas estipuladas pelo Banco Central do Brasil.
- **Risco de Crédito:** trata-se da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte ou tomador de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; a reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. A estrutura local possui determinadas alçadas de aprovação para suas operações, ou, as submete para aprovação na matriz quando estão fora de sua jurisdição. A concessão de limites concedidos passa por um processo de atribuição de *rating* aos clientes dos diferentes segmentos de risco e segue metodologia interna global. Complementando o controle dos riscos de crédito, mensalmente são apuradas informações do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO) para avaliação e reporte regulatório do risco de crédito ao nível do consumo de capital associado às suas exposições.
- **Risco do CVA: (*Credit Valuation Adjustment*)** trata-se de um ajuste prudencial ao valor justo dos instrumentos derivativos com o intuito de refletir o risco de crédito da contraparte, ou seja, o CVA pode ser traduzido como o valor de mercado do risco de crédito da contraparte. Dessa forma, a mitigação ou proteção do risco CVA, deve ser observada sob a ótica do risco de default das contrapartes no que se refere especificamente aos instrumentos derivativos.

- **Risco de Liquidez:** trata-se de a incapacidade da instituição honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias ou mesmo devido à falta de liquidez para os seus ativos, sem que isso afete suas operações diárias ou mesmo incorra em perdas significativas. O controle do risco de liquidez é feito através do monitoramento diário da liquidez disponível, ou seja, instrumentos considerados como sendo HQLA (*High Quality Liquid Asset*) líquidos de qualquer embarço e também através do indicador do período de sobrevivência (*Survival Period*), o qual leva em conta a liquidação natural das operações do banco ao longo do tempo. Além disso, faz-se também o monitoramento mensal dos indicadores de liquidez, nomeadamente LCR (*Liquidity Coverage Ratio*) e NSFR (*Net Stable Funding Ratio*), segundo metodologias definidas pelo Banco Central do Brasil. Todas estas métricas são reportadas à Administração, a Tesouraria e ao controle de riscos, as quais devem estar em conformidade com os limites definidos internamente. Adicionalmente, se utiliza de mecanismos de projeção de fluxos de caixa, adotando-se de premissas quanto ao comportamento das entradas e saídas futuras num período de até 365 dias corridos, entendendo-se como boas práticas no controle do risco de liquidez.
- **Risco de Transferência:** é definido como o risco de uma contraparte não conseguir cumprir suas obrigações devido ao ambiente político e econômico do país, ou seja, entendido como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos valores a receber.
- **Risco Operacional:** trata-se da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas e também em razão de descumprimento de dispositivos legais bem como as respectivas indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades desenvolvidas pela instituição. O banco faz o monitoramento a mensuração e a mitigação dos riscos destes eventos com o intuito de manter o funcionamento regular da instituição e evitar ao máximo a ocorrência de perdas, tanto efetivas quanto potenciais. Os eventos de risco operacional são registrados/monitorados em sistema próprio e reportados à Administração local e ao controle de riscos na matriz.
- **Risco da Estratégia do Negócio:** risco de perdas decorrentes de decisões estratégicas. Este risco é monitorado pela alta administração através de relatórios periódicos com os indicadores de performance da instituição e das respectivas áreas. O Departamento Financeiro, através da equipe de Controle de Gestão, é o responsável pelos reportes divulgados mensalmente aos responsáveis tanto locais quanto na matriz, bem como informações periódicas ao Conselho de Administração.
- **Risco de Compliance:** trata-se do risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos reputacionais, bem como de medidas administrativas ou criminais decorrentes da falta de cumprimento de disposições legais e regulamentares, normas de mercado local e internacional ou decorrentes de compromissos assumidos por meio de códigos de autorregulação, padrões técnicos ou códigos de conduta. O risco de Compliance é gerenciado de modo preventivo, através de monitoramentos das atividades, acultramento dos colaboradores, treinamentos sobre legislação e normas internas aplicáveis aos negócios do Banco.
- **Risco de Lavagem de Dinheiro e de Financiamento ao Terrorismo:** risco de, eventualmente, o Banco ser intencionalmente utilizado para a lavagem de dinheiro, através de seus produtos e serviços, com recursos de origem ilícita no Brasil e/ou no exterior, tais como corrupção, tráfico de entorpecentes e evasão de divisas. O risco de financiamento ao terrorismo relaciona-se à possibilidade de utilização do Banco para operações de pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas em transações que envolvem recursos destinados a atividades terroristas. Tais pessoas podem ou não constar de listas internacionais divulgadas pelo GAFI – Grupo de Ação Financeira Internacional, Organização das Nações Unidas (ONU), União Europeia, entre outras. Para prevenir e combater a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo, o Banco dispõe de ferramentas de controle e monitoramento baseados em práticas internacionais, que abrangem

governança corporativa, sistemas informáticos e equipes capacitadas para conduzir os monitoramentos internos. O Banco realiza treinamentos periódicos a todos os seus colaboradores sobre prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento ao terrorismo, para capacitá-los às suas políticas internas sobre o assunto.

- **Risco do Modelo:** é o risco associado as perdas que podem ocorrer quando um modelo financeiro para avaliar e/ou gerenciar um determinado risco não performa corretamente e pode levar a uma tomada de decisão equivocada, levando a instituição a ter reflexos nos seus resultados e/ou danos à sua reputação. A mitigação desse risco é dada pela governança apropriada em torno do risco de modelo, com a participação das equipes usuárias destes modelos e também a equipe de TI. Todas com funções e responsabilidades bem definidas entre as várias partes envolvidas nos processos.
- **Risco Reputacional:** está associado a uma percepção desfavorável do Banco pelos diversos agentes com os quais se relaciona, sejam agentes internos ou externos, e que podem ter um impacto desfavorável no âmbito dos resultados, bem como na dinâmica e evolução das atividades da instituição.
- **Risco Socio, Ambiental e Climático:** recentemente estabelecida pelo órgão regulador, o RSAC trata-se da possibilidade de ocorrência de perdas das instituições decorrentes de aspectos sociais, ambientais, bem como decorrentes de mudanças climáticas, causadas por clientes aos quais o Banco realiza seus negócios. O RSAC inclusive o risco de imagem e reputação, são fatores considerados nas análises de risco de crédito e operacional a que a Instituição está exposta, considerando o relacionamento e as atividades pertinentes da instituição. Dessa forma, o gerenciamento adequado do RSAC está atrelado a mitigação dos eventos que podem impactar o risco operacional, risco de crédito, risco reputacional e risco de capital da instituição. Atualmente a instituição estabelece um questionário de responsabilidade socioambiental, o qual deverá ser incrementado, por conta do direcionamento definido na regulamentação recente. Além disso, a aprovação de qualquer tipo de operação é submetida às análises pertinentes, considerando a possível existência de impactos quanto a destinação dos recursos. O intuito da Instituição é sempre estabelecer cláusulas específicas de vencimento antecipado em seus contratos, caso o cliente apresente alguma fragilidade que esteja relacionada ao RSAC.

c. **Gestão Integrada de Riscos e Capital e Segmentação**

Em alinhamento internacional para as melhores práticas de regulamentação prudencial, foi publicada a Resolução CMN nº 4553, que estabeleceu a segmentação das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar no país para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial, sem prejuízo da segurança, solidez das instituições financeiras, com maior eficiência e menor custo de observância. Nesse contexto, o **Haitong Brasil** foi classificado no segmento “**S3**” designado as instituições de porte entre 0,1% e 1% do PIB na data da publicação.

Na sequência, em 23 de fevereiro de 2017, foi publicada a Resolução CMN nº 4557, posteriormente atualizada pelas Resoluções CMN nº 4745 de 29 de agosto de 2019 e CMN nº 4945 de 15 de setembro de 2021, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIR). Esta regulamentação aponta para a necessidade de implementação de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e capital, requerimentos para definição da Declaração de Appetite por Riscos (RAS, “*Risk Appetite Statement*”), estabelecimento de programa de testes de estresses, a constituição de Comitê de Riscos e a indicação de diretor responsável pelo gerenciamento de riscos (CRO), com definições de atuação, responsabilidades e requisitos de independência. Mais informações sobre o gerenciamento de riscos e capital podem ser encontradas em nosso site (www.haitongib.com.br, na seção Relatório de Riscos, anexo Gerenciamento de Riscos - Pilar 3).

d. Governança de Riscos e Capital

O Conselho de Administração (CA) do Haitong Brasil é o principal órgão responsável pelo estabelecimento das diretrizes, políticas e alçadas para o gerenciamento de riscos e capital. Por sua vez, o Departamento de Controle de Riscos, através do CRO, é responsável por subsidiar os membros do CA no desempenho de suas atribuições relacionadas à gestão de riscos e de capital. Na estrutura do Banco, destacam-se também os papéis do Comitê de Riscos, da Diretoria Executiva, do Diretor de Riscos (CRO - *Chief Risk Officer*) e todos os demais Comitês, operacionais e executivos, que compõem o arcabouço de governança do Haitong Brasil.

O gerenciamento e controle de riscos e capital do Haitong Brasil está estruturado de acordo com responsabilidades suportadas em “Três Linhas de Defesa” que desempenham funções independentes, de forma não comprometer a sua efetividade, bem como atuação distinta entre si, conforme segue:

1. *Primeira Linha de Defesa* é aquela representada pelas áreas de negócios (*Front-Office*), responsável por identificar, mensurar, avaliar, controlar, reportar e mitigar os riscos das suas operações e atividades por elas originadas.
2. *Segunda Linha de Defesa* é uma unidade independente representada pela Diretoria de Controle de Riscos. A responsabilidade dessa segunda linha é assegurar o monitoramento e controle do risco de forma garantir que as atividades do Banco estão aderentes ao nível de apetite de risco definido pela Administração do Banco. No Haitong Brasil, além do Controle de Risco, a segunda linha também tem o suporte das áreas de Compliance e TI.
3. *Terceira Linha de Defesa* é representada pela Auditoria Interna, que, de modo independente, revisa e valida as atividades das duas primeiras linhas de defesa e contribui para seu aprimoramento. O suporte da Diretoria e do Conselho de Administração completa a atuação em terceira linha de defesa.

O funcionamento das “Três Linhas de Defesa”, mesmo independentes entre si, deve ocorrer de forma coordenada, com objetivo de maximizar sua eficiência e contribuir para o desenvolvimento do Banco.

Cultura de Risco: o Haitong Brasil adota diversas ações para disseminar a cultura de risco, de forma a fortalecer valores e alinhar suas diretrizes e o apetite de risco da instituição junto aos seus colaboradores. Dessa forma, o Banco torna transversal e eficiente o funcionamento das três linhas de defesa mencionadas anteriormente.

e. Gestão Integrada de Riscos

De forma conceitual, a gestão de riscos é de responsabilidade de todas as áreas e colaboradores os quais devem informar tempestivamente os riscos, as falhas e as deficiências de controle às áreas em condições de saná-las.

O Haitong Brasil possui uma área responsável pela Gestão Integrada de Riscos, cuja as atribuições são exercidas de forma centralizada e independente, liderada pelo CRO (*Chief Risk Officer*). Esta unidade é responsável pela identificação, monitoramento e reporte dos riscos considerados relevantes pela Administração (riscos materiais), utilizando-se de processos específicos, metodologias internas, limites, políticas e procedimentos de controles estabelecidos em conformidade com o apetite de risco definido pelo Conselho de Administração, consoante com as diretrizes estabelecidas e autorizadas pelo acionista.

A área de Controle de Risco é responsável pela medição, monitoramento, reporte e o controle contínuo e integrado das posições e exposições ao risco *vis a vis* aos limites pré-aprovados, para todas as operações realizadas e dos fatores de risco que incorre, cujos processos são formalizados através de relatórios periódicos. Adicionalmente é responsável pela realização de testes de estresse dos riscos da carteira do Banco. As referidas exposições aos riscos materiais e posições em carteira própria que norteiam os limites de tolerância a risco são definidas e formalizadas nos respectivos comitês internos de governança.

Valores atualizados com base no último relatório distribuído – 31/12/2021:

- **Risco de Mercado:** O VaR consolidado do Banco totalizava R\$ 1.506 (*modelo de VaR Histórico para 10 dias com 99% de nível de confiança*), o que representou 0,34% do Patrimônio de Referência de encerramento de 2021.
- **IRRBB:** Os resultados referentes a abordagem de valor econômico (*EVE*) e de resultado de intermediação financeira (*NI*), fecharam em R\$ 5.610 e R\$ 15.722 respectivamente.
- **Risco de Liquidez:** A liquidez disponível totalizava R\$ 1.981.716, o que representou 4,5 vezes o PR. Apesar da não obrigatoriedade no reporte regulamentar, por estar classificado como “S3”, o banco apurou os indicadores de liquidez segundo a metodologia do Banco Central do Brasil: LCR de 282% e NSFR de 152%. Portanto, o banco apresenta índices de liquidez bastante confortáveis e bem acima dos limites estabelecidos.
- **Razão de Alavancagem:** Na data de fechamento esse índice fechou em 6,4%.
- **Risco de Crédito:** As operações de crédito e fianças totalizavam R\$ 820.181 (31.12.2020 R\$ 848.293) correspondente a 18,9% (31.12.2020 12,3%) do Ativo Total, sendo distribuídas pelos seguintes principais setores: Agronegócio (24,95%); Energia (21,63%); Papel e Celulose (11,38 %) e Telecomunicações (10,58%).

f. Gerenciamento de Capital:

O gerenciamento de capital é definido como processo contínuo de monitoramento e controle do capital do Banco, avaliação da necessidade de capital face aos riscos a que a instituição está sujeita e o planejamento de metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. Sempre adotando uma postura prospectiva e antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Como responsável pelo gerenciamento de capital perante o Banco Central do Brasil foi designado o Diretor responsável de Riscos (CRO – *Chief Risk Management*), atualmente subordinado ao Presidente. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas do mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos integrados relevantes incorridos pelo Banco. Caso a avaliação da necessidade de capital aponte para um valor acima do Capital Mínimo exigido pelo Regulador, a instituição adotará medidas cabíveis a de fim de manter o capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

O Plano de Capital do Haitong Brasil é elaborado de forma consistente com o planejamento estratégico e é preparado concomitantemente com a revisão anual do Plano de Negócios e Orçamento anual. As responsabilidades e a estrutura organizacional do gerenciamento de capital envolvem a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração, as áreas de Controle de Riscos e de Controle de Gestão. Além disso, conforme prevê legislação vigente, possui Plano de Contingência que possibilita a capitalização adequada em caso de condições de estresse, exigindo assim, acionar os estágios necessários e mais adequados, para a aplicação do Plano de Contingência estabelecido e aprovado pela alta Administração.

18) Resultado não recorrente

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro	
	2021	2020
Resultado recorrente	34.143	20.518
Reconhecimento de ativos fiscais diferidos anteriormente não reconhecidos (nota 13 “b”)	11.127	-
. Impacto do resultado não recorrente	11.127	-
Lucro do exercício	45.270	20.518

19) Outras informações

- a. O Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. apura seus limites operacionais de forma consolidada, dentro dos parâmetros definidos por Basileia III, requerimentos que impuseram maior e melhor qualidade no nível de capital das instituições, além das medidas de caráter prudencial, o que tornou o sistema financeiro mais sólido às crises que venham ocorrer. A seguir, demonstramos a relação entre o patrimônio líquido de referência e o patrimônio líquido exigido:

	Conglomerado Prudencial
. TIER I - Patrimônio de Referência - Capital Principal	445.056
. RWA - risco de crédito	134.093
. RWA - risco de mercado	25.917
. RWA - risco operacional	15.471
. TIER II - Patrimônio de Referência exigido	175.481
. Excesso de PR (TIER I + TIER II)	269.575
. % Índice em 31.12.2021 - de Basileia	20,3%
. % Índice em 31.12.2020 - de Basileia	16,4%
Adicional de Capital Principal - Segmento "S3"	43.870
. Excesso de PR (TIER I + TIER II) + ACP	225.705
. % Índice em 31.12.2021 - de Basileia	19,9%
. % Índice em 31.12.2020 - de Basileia	16,2%
. Montante do PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (IRRBB)	78.681

- b. Receitas de prestação de serviços: composta por receitas de assessoria técnica especializada R\$ 5.768 (2ºsem/2021 R\$ 1.737 e 2020 R\$ 11.604); rendas de garantias prestadas R\$ 1.696 (2ºsem/2021 R\$ 5.766 e 2020 R\$ 4.260) e outras receitas de tarifas R\$ 66 (2ºsem/2021 R\$ 53 e 2020 R\$ 23).
- c. Outras despesas administrativas: composta por despesas com serviços do sistema financeiro R\$ 4.175 (2ºsem/2021 R\$ 2.632 e 2020 R\$ 3.349); de comunicações R\$ 4.331 (2ºsem/2021 R\$ 2.086 e 2020 R\$ 4.199); serviços de terceiros e técnicos especializados R\$ 3.982 (2ºsem/2021 R\$ 2.107 e 2020 R\$ 4.365); aluguéis e condomínio R\$ 4.341 (2ºsem/2021 R\$ 2.254 e 2020 R\$ 4.041); processamento de dados e informática R\$ 3.285 (2ºsem/2021 R\$ 1.934 e 2020 R\$ 3.696); com viagens R\$ 30 (2ºsem/2021 R\$ 28 e 2020 R\$ 193); depreciações e amortizações R\$ 3.833 (2ºsem/2021 R\$ 1.894 e 2020 R\$ 3.893) e outras despesas R\$ 3.438 (2ºsem/2021 R\$ 1.968 e 2020 R\$ 2.903).
- d. Despesas tributárias: composta por despesas com tributos federais (PIS, COFINS, IOF) R\$ 340 (2ºsem/2021 R\$ 98 e 2020 R\$ 467), estaduais (IPVA) R\$ 25 (2ºsem/2021 R\$ zero e 2020 R\$ 33) e municipais (ISS, IPTU) R\$ 752 (2ºsem/2021 R\$ 296 e 2020 R\$ 1.133).
- e. Outras receitas operacionais: composta basicamente pela variação cambial de outros créditos R\$ 29 (2ºsem/2021 R\$ 29 e 2020 R\$ 111) e reversão da provisão para títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito R\$ 125 (2ºsem/2021 R\$ 125 e 2020 R\$ zero).
- f. Outras despesas operacionais: composta basicamente pelo complemento da provisão para títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito R\$ zero (2ºsem/2021 R\$ zero e 2020 R\$ 409) e pela variação cambial negativa de disponibilidades em moedas estrangeiras R\$ 4.197 (2ºsem/2021 R\$ zero e 2020 R\$ 15.454).

**DIRETORIA
CONTADOR
Marcos Tetsuo Takeda CRC 1SP 197374/O-1**
